



Prova vermelha

Português, Direito Constitucional
e Direito Administrativo

Realização:



Editora Ferreira

Simulado

Instruções

- 1 - No verso do CARTÃO DE RESPOSTAS, por gentileza, preencha seus dados pessoais (nome completo, CPF, telefone, e-mail e endereço para correspondência).
- 2 - A duração da prova será de 2 horas, incluindo o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 3 - As questões estão numeradas de 1 a 50, cada uma com 5 (cinco) opções, precedidas das letras (A), (B), (C), (D) e (E).
- 4 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS e evite usar borracha.
- 5 - Será anulada a questão cuja resposta contenha emenda ou rasura, ou para a qual seja assinalada mais de uma opção.
- 6 - Confira o CADERNO DE PROVA com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 7 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular etc.), sob pena de o candidato ser excluído da concorrência às bolsas de estudo e aos demais prêmios.
- 8 - O candidato só poderá levar este CADERNO DE PROVA 1 (uma) hora após o início do simulado.
- 9 - Este CADERNO DE PROVA está assim constituído:

<i>Matérias</i>	<i>Questões</i>
Português	1 a 20
Direito Constitucional	21 a 35
Direito Administrativo	36 a 50

- 10 - Em relação à premiação, eis os critérios para desempate: maior nota, sucessivamente, em português, direito constitucional e direito administrativo. Permanecendo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.
- 11 - Agenda (datas prováveis):
 - I. 12/05/09 – após as 10 horas, divulgação do gabarito preliminar no *site* www.editoraferreira.com.br
 - II. 13 a 14/05/09 – interposição de recursos contra o gabarito preliminar pelo e-mail: feiradoconcurso@editoraferreira.com.br
 - III. 25/05/09 – após as 14 horas, divulgação do resultado final no *site* www.editoraferreira.com.br

Boa sorte e muito sucesso!

Coordenação: Ricardo J. Ferreira

Organização: Flávia Bozzi Costa

Diagramação: Diniz G. Santos

Língua Portuguesa (questões de 1 a 20)

Décio Sena

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 05.

Hybris e nêmesis. Os gregos antigos acreditavam na existência de um princípio regulador que zelava pela justa medida e punia qualquer forma de excesso nos afazeres humanos. A cada transgressão dos limites, fruto da arrogância, descomedimento ou audácia excessiva (hybris), correspondia uma ação corretiva capaz de restaurar um certo equilíbrio no mundo por meio de punições, reverses e calamidades (nêmesis). “A boa fortuna entre os homens”, alerta Heródoto em sua monumental história das guerras entre gregos e persas, “jamais permanece por longo tempo no mesmo sítio”.

É difícil não lembrar do padrão definido pelo par hybris e nêmesis quando contemplamos a evolução recente da economia americana. Como uma espécie de Ícaro altivo e indomável, deslumbrado com as enormes possibilidades abertas pelo engenho técnico de Dédalo, a “nova economia” americana parece ter perdido o senso de limites em sua escalada às alturas. Tendo se aproximado do sol em demasia, movida por uma confiança exorbitante em seu futuro, ela parece cada vez mais fadada a espatifarse no solo na queda – “hard landing” seguido de recessão. A “exuberância irracional” das bolsas, já em fase de correção, é apenas o sintoma mais aparente da hybris que acometeu a maior economia do planeta.

[...]

O desempenho da economia americana no final dos anos 90 foi de dar ciúme nos deuses. Entre 94 e 99 o PIB cresceu cerca de 30%, sendo que no segundo semestre do ano passado a taxa anualizada de crescimento cravou estonteantes 6,3%. Já o desemprego ficou abaixo de 5% desde julho de 97, caindo para 4% no ano passado, ou seja, um terço da média européia e a menor taxa dos últimos 30 anos nos EUA. Nem por isso, entretanto, os preços e salários entraram na dança. Favorecido pelo dólar valorizado, pelo baixo preço das “commodities” e pela maior produtividade do trabalho, o núcleo da inflação permaneceu ao redor de sóbrios 2% ao ano.

[...]

O setor privado americano está vivendo perigosamente além dos seus meios. Não é pouca coisa. O endividamento impressiona pelo seu volume e ritmo de crescimento. De 94 para cá, o estoque da dívida das empresas e famílias nos EUA passou de cerca de 120% para 132% do PIB americano. Animadas pelo efeito-riqueza da euforia nas bolsas, pelos juros baixos e pela sensação geral de prosperidade – num movimento que lembra a experiência japonesa dos anos 80 –, as famílias americanas embarcaram numa orgia de empréstimos: suas dívidas equivalem hoje a 103% da sua renda disponível e os juros absorvem em média 13,4% dos seus rendimentos anuais.

[...]

Diante de tudo isso, um “soft landing” é pouco provável. A hybris americana dificilmente escapará de sua nêmesis. A armadilha da espiral do infortúnio está armada. Os deuses do Olimpo detestam concorrentes.

EDUARDO GIANNETTI, *Valor Econômico*, com cortes e supressões.

► Questão 01

Com respeito à estrutura textual, considerando-se as supressões promovidas em parágrafos originais, **não** se pode afirmar quanto aos que permaneceram no texto.

- (A) O primeiro parágrafo funciona como introdução para o que será abordado, na medida em que contém, sob forma de indícios traduzidos por fatos mitológicos, elementos para a conclusão que o articulista proporá para o texto.
- (B) O segundo parágrafo particulariza as idéias aventadas no primeiro, ao promover a confluência entre o que se afirma, de início, como mito e a atual realidade econômica dos Estados Unidos.
- (C) Os terceiro e quarto parágrafos, ainda que antagônicos com respeito às suas mensagens centrais, fundamentam-se em dados estatísticos, os quais trazem para as informações um tom de objetividade, de precisão.
- (D) Levando-se em conta o mito de Ícaro, bem como o sentido contextualizado das expressões da língua inglesa “hard landing” (l. 25) e “soft landing” (l. 62) podemos notar que as mesmas estão colocadas num jogo antitético.
- (E) A menção feita por Heródoto, contida nas linhas 09, 10, 12 e 13, permite a inferência de “boa fortuna” como a riqueza amealhada sem que se contrarie a hybris.



► **Questão 02**

Transcreveram-se períodos do texto original. Indique a alternativa em que a reescritura efetuada **não** preservou o sentido da mensagem inicial.

- (A) “É difícil não lembrar do padrão definido pelo par *hybris* e *nêmesis* quando contemplamos a evolução recente da economia americana.” (ls. 14-16) / Ao contemplarmos a evolução recente da economia americana, torna-se difícil que não se lembre o padrão definido pelo par *hybris* e *nêmesis*.
- (B) “A cada transgressão dos limites, fruto da arrogância, descomedimento ou audácia excessiva (*hybris*), correspondia uma ação corretiva capaz de restaurar um certo equilíbrio no mundo por meio de punições, reveses e calamidades (*nêmesis*).” (ls. 05-09) / Ação corretiva que era capaz de restaurar certo equilíbrio no mundo por meio de punições, reveses e calamidades (*nêmesis*) proporcionalizava cada transgressão dos limites, fruto da arrogância, descomedimento ou audácia excessiva (*hybris*).
- (C) “Tendo se aproximado do sol em demasia, movida por uma confiança exorbitante em seu futuro, ela parece cada vez mais fadada a espatifar-se no solo na queda – “*hard landing*” seguido de recessão.” (ls. 22-26) / Ela parece cada vez mais fadada a espatifar-se no solo na queda – “*hard landing*” – porque, em face de uma confiança exuberante em seu futuro, aproximou-se demasiadamente do sol.
- (D) “Como uma espécie de Ícaro altivo e indomável, deslumbrado com as enormes possibilidades abertas pelo engenho técnico de Dédalo, a “nova economia” americana parece ter perdido o senso de limites em sua escalada às alturas.” (ls. 17-21) / A “nova economia” americana, tal qual uma espécie de Ícaro altivo e indomável, que se deslumbrou com as enormes possibilidades abertas pelo engenho técnico de Dédalo, parece ter perdido o senso de limites em sua escalada às alturas.
- (E) “Favorecido pelo dólar valorizado, pelo baixo preço das “*commodities*” e pela maior produtividade do trabalho, o núcleo da inflação permaneceu ao redor de sóbrios 2% ao ano.” (ls. 41-44) / O núcleo da inflação, porque o dólar valorizado, o baixo preço das “*commodities*” e a maior produtividade do trabalho o favoreceram, permaneceu ao redor de sóbrios 2% ao ano.

► **Questão 03**

Indique a afirmativa **incorreta** em relação aos elementos constitutivos do texto.

- (A) A inversão no uso dos vocábulos assinalados em “Os *gregos antigos* acreditavam na existência de um princípio regulador que zelava pela *justa medida* e punia qualquer forma de excesso nos *afazeres humanos*.” (ls. 01-04) não implicaria alteração na mensagem original.
- (B) O vocábulo “*transgressão*” (l. 05) relaciona-se morfológica e semanticamente com **progresso**.
- (C) Os vocábulos “*arrogância*”, “*descomedimento*” e “*excessiva*” (l. 06) formam-se por idêntico processo.
- (D) As aspas utilizadas nas linhas 09, 10, 12 e 13 destacam citação.
- (E) O vocábulo “*sítio*” (linha 13) está empregado com valor denotativo.

► **Questão 04**

Indique a afirmativa correta em relação aos elementos constitutivos do texto.

- (A) Supondo-se supressão vocabular em “O *desempenho da economia americana no final dos anos 90* foi de dar ciúme nos deuses.” (ls. 31-32) será possível perceber-se valor consecutivo em “... de dar ciúme nos deuses.”
- (B) O vocábulo sublinhado em “... é apenas o sintoma mais aparente da *hybris* ...” (ls. 27-28), morfológicamente, classifica-se como palavra denotativa de inclusão.
- (C) O fragmento “*Não é pouca coisa*.” (ls. 47-48) contém clara elipse de vocábulo presente na oração anterior.
- (D) Em “Tendo se aproximado do sol em demasia, ...” (l. 22) o pronome pessoal só admite, além da posição em que se encontra, duas outras, considerando-se aspectos de norma culta.
- (E) A oração que forma o período “*Nem por isso, entretanto, os preços e salários entraram na dança*.” (ls. 39-40) estabelece com o que se afirma anteriormente relação semântica de adição.

► **Questão 05**

Indique em qual das alternativas abaixo **não** se indica corretamente o referente pronominal.

- (A) “... em sua monumental história ...” (l. 11) = “*fortuna*”



- (B) “...em sua escalada às alturas.” (l. 21) = “nova economia’ americana”
- (C) “... confiança exorbitante em seu futuro, ...” (l. 23) = “nova economia’ americana”
- (D) “... perigosamente além dos seus meios.” (l. 47) = “setor privado americano”
- (E) “... seus rendimentos anuais.” (l. 59-60) = “famílias americanas”

► **Questão 06**

Numere os períodos de modo a constituírem um texto coeso e coerente e, depois, indique a sequência numérica correta.

- () Cria-se, assim, uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro.
- () Em si mesma, essa distinção é pouco mais do que alegórica, pois não podemos aqui inventar essa famosa linha de cor.
- () Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa.
- () Mas a verdade é que, no caso brasileiro, o corpo da pessoa da pessoa também se impõe como condição primeira de objetivação e de julgamento.
- () Costuma-se dizer que uma diferença entre os EUA e o Brasil é que lá existe uma linha de cor e aqui não.

Com base em MÍLTON SANTOS, Folha de São Paulo, Mais!, com adaptações.

- (A) 2 – 3 – 5 – 1 – 4
- (B) 3 – 4 – 5 – 2 – 1
- (C) 4 – 2 – 5 – 1 – 3
- (D) 5 – 3 – 1 – 4 – 2
- (E) 1 – 5 – 3 – 2 – 4

Nas questões 07 e 08, indique a alternativa em que se verifica erro de pontuação.

► **Questão 07**

- (A) O contribuinte do imposto de renda pode ser pessoa física ou pessoa jurídica. Pessoa física é a pessoa natural, o indivíduo. Pessoa jurídica é aquela criada pelo Direito. É pessoa porque pode ser sujeito de direitos e obrigações, sendo distinta daquela ou daquelas pessoas naturais que a compõem.
- (B) Para evitar polêmicas a respeito da configuração das firmas individuais, assim também para abranger pela tributação das pessoas jurídicas aquelas que exercem atividades empresariais

sem a forma de pessoa jurídica, a legislação faz equiparação legal.

- (C) Disse que se equiparam às pessoas jurídicas as empresas individuais, as firmas individuais, bem como as pessoas físicas que, em nome individual, explorem, habitual e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial, com o fim especulativo de lucro, mediante venda, a terceiros, de bens ou serviços.
- (D) Entre as empresas individuais destacam-se, por sua importância econômica, aquelas dedicadas a atividades imobiliárias, que por isto mesmo receberam tratamento específico da legislação tributária.
- (E) Em se tratando de atividades de prestação de serviços, pode parecer que ocorrerá sempre a equiparação das pessoas físicas às pessoas jurídicas. Assim, porém, não acontece. Um profissional liberal, por exemplo, pode exercer sua atividade de prestação de serviços sendo tributado apenas como pessoa física.

HUGO DE BRITO MACHADO,
Curso de Direito Tributário, Malheiros Editores,
SP, 1998, p. 228, com adaptações.

► **Questão 08**

- (A) A habilitação profissional difere conceitualmente da reabilitação por se referir a serviço que tem por fim inserir pessoa pela primeira vez no mercado laboral, enquanto a segunda visa à reintrodução de trabalhador alijado.
- (B) Tratando-se, no entanto, de prestação a deficiente, firma-se a natureza de serviço de assistência social, devido à falta de caráter retributivo.
- (C) O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária.
- (D) O professor que, até 16 de dezembro de 1998, tenha exercido atividade de magistério, em qualquer nível, e que opte por se aposentar pelas regras transitórias, terá o tempo de serviço exercido até aquela data contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério, sem prejuízo do direito à aposentadoria definitiva.
- (E) O artigo 90, da Lei nº 8.213, não determinando prioridades, dispõe que o serviço é devido em caráter obrigatório aos segurados e na medida das possibilidades, a seus dependentes, cabendo ao INSS sua manutenção.

MARCELO LEONARDO TAVARES,
Direito Previdenciário, Lumen Juris, 2ª edição,
RJ, 2000, pp. 152-153, com adaptações.

► **Questão 09**

A questão refere-se a entrevista dada à revista Carta Capital pelo Dr. Getúlio Bezerra, Delegado-chefe da DRE.

Perguntas e respostas daquela entrevista surgem, a seguir, aleatoriamente dispostas. Relacione-as e, em seguida, indique o item em que a numeração as dispõe num texto lógico e coerente.

CARTA CAPITAL

- (1) Não legisla e não decide sobre os meios?
 - (2) Não é aí que está o problema? O Estado não capacita sua força policial para atuar adequadamente e ela passa a depender de favores, digamos assim, de outra força, estrangeira ...
 - (3) No caso, a verba é da DEA, um órgão norte-americano, para um brasileiro trabalhar. Há quem diga que não é legal nem previsto nos convênios entre os dois países.
 - (4) E aí?
 - (5) Um espião brasileiro contratado pela DEA nos deu longa entrevista e relatou como trabalha para a agência no Brasil. Isso é legal?
 - (6) Exatamente. E o que queremos saber é se pode ou não, e até onde pode e deve um país permitir esse tipo de ação.
 - (7) Achamos o mesmo.
 - (8) Pelo que sabemos, atuavam e atuam.
 - (9) Sim, mas, no caso, é muito mais do que um mero informante, e o trabalho é com policiais estrangeiros dentro do Brasil.
 - (10) Com o que nós e outros concordamos.
 - (11) O problema é a falta de definição de papéis ...
 - (12) Certo, mas, até onde sabemos, eles não podem atuar, muito menos com civis brasileiros, à revelia da Polícia Federal ...
 - (13) A ser discutido? O objetivo é colocar um assunto como esse em discussão; se isso deve ou não ser assim, embora entre vocês tenha quem não goste, trate como coisa de “inimigo” ...
 - (14) Em uma das operações, esse espião mandou um relatório para vocês, da DRE, e foi repreendido pelo agente da DEA, que disse: “Quem paga as operações somos nós, você só pode mandar informação quando a gente autorizar”.
- GETÚLIO BEZERRA**
- () O ideal seria que a gente não precisasse nem de dinheiro deles ...
- () Acho que a legislação precisa ser mais clara, ter algo mais claro ... definir melhor os papéis.
- () Falo doutrinariamente, mas eles não atuam sem controle.
- () Bem, falo sobre isso doutrinariamente, porque não conheço o caso. Informante é uma fonte, é um instrumento legal no trabalho de polícia no mundo inteiro.
- () Sem saber o que é, fica difícil comentar.
- () Aí que a gente não legisla!
- () Eu não encaro dessa maneira, não. Acho que esse assunto muitas vezes pode levar a coisas boas ...
- () Nós também.
- () Anteontem, eu estava conversando com a deputada Laura Carneiro sobre a CPI. Um, que eles estão com problemas. Dois, em termos de investigação, quase todos os resultados que a CPI teve são resultados em que a polícia já tinha trabalhado. E, três, o que eu acho mais importante, eu vejo nas decisões. Quando fui ouvido lá, eu disse: “O Brasil a gente tem de ver antes e depois da CPI, pelas recomendações que forem feitas”. Porque a polícia, Bob, eu conheço tudo o que é necessário, os meios de operar ...
- () É melhor dessa maneira do que de uma forma espúria. Não há impedimento legal, mas, veja bem, falo em termos teóricos porque não sei o que você tem aí. Todos os órgãos de polícia do mundo têm verbas para esse tipo de trabalho.
- () Eu estou te falando doutrinariamente. Se existe o dinheiro para pagar esse tipo de informação, o elemento tem uma fonte e a usa. E despesas eventualmente pagas são ressarcidas. Esse é realmente um assunto ...
- () Não há lei que impeça isso, que seja específica. O acordo com os americanos envolve um tipo de fundo para operações...
- () Veja bem, as coisas têm de ser mais bem definidas. Não precisamos fazer nada escondido, não. Tem de haver transparência.
- () Parece que não é prioridade. Então, com aquele espírito de querer servir e com as cobranças que se tem, a gente fica exposto, fica em cima de uma lâmina.
- (A) 12 – 2 – 8 – 4 – 6 – 7 – 13 – 14 – 9 – 1 – 3 – 5 – 11 – 10
- (B) 7 – 2 – 12 – 5 – 8 – 4 – 13 – 10 – 11 – 9 – 14 – 3 – 6 – 1



- (C) 14 – 1 – 7 – 10 – 5 – 12 – 13 – 3 – 6 – 9 – 11 – 2 – 4 – 8
 (D) 6 – 3 – 10 – 12 – 5 – 4 – 14 – 13 – 1 – 2 – 7 – 8 – 11 – 9
 (E) 13 – 1 – 5 – 8 – 11 – 6 – 3 – 14 – 4 – 7 – 9 – 10 – 12 – 2

► **Questão 10**

Assinale o item com numeração correspondente a pergunta efetuada na entrevista citada na questão anterior em que se observa infração ao padrão culto formal da Língua.

- (A) 3
 (B) 2
 (C) 12
 (D) 9
 (E) 13

► **Questão 11**

Comum na oralidade, o **anacoluto**, desvio de construção, resultante das distintas velocidades de raciocínio e de exteriorização na fala ou no registro gráfico do que foi mentado, faz resultar um termo que não tem vínculo com a estrutura oracional.

Indique a alternativa em que se nota resposta concedida na entrevista na qual existe **anacoluto**.

- (A) “Acho que a legislação precisa ser mais clara, ter algo mais claro... definir melhor os papéis.”
 (B) “Bem, falo sobre isso doutrinariamente, porque não conheço o caso. Informante é uma fonte, é um instrumento legal no trabalho de polícia no mundo inteiro.”
 (C) “É melhor dessa maneira do que de uma forma espúria. Não há impedimento legal, mas, veja bem, falo em termos teóricos porque não sei o que você tem aí. Todos os órgãos de polícia do mundo têm verbas para esse tipo de trabalho.”
 (D) “Quando fui ouvido lá, eu disse: “O Brasil a gente tem de ver antes e depois da CPI, pelas recomendações que forem feitas”. Porque a polícia, Bob, eu conheço tudo o que é necessário, os meios de operar...”
 (E) “Não há lei que impeça isso, que seja específica. O acordo com os americanos envolve um tipo de fundo para operações...”

► **Questão 12**

Ainda com respeito à entrevista concedida à Carta Capital, indique o item em que se faz afirmativa **incorreta**.

- (A) No fragmento “Quem paga as operações somos nós, você só pode mandar informação quando

a gente autorizar” constata-se linguagem rigorosamente atrelada ao padrão culto formal da Língua.

- (B) Em “O ideal seria que a gente não precisasse nem de dinheiro deles...” nota-se oração subordinada com valor de predicativo.
 (C) Na passagem: “Um espião brasileiro contratado pela DEA nos deu longa entrevista e relatou como trabalha para a agência no Brasil. Isso é legal?” a substituição do vocábulo sublinhado por isto implicará impropriedade vocabular.
 (D) Na resposta concedida pelo Delegado-chefe do DRE: “Eu estou te falando doutrinariamente. Se existe o dinheiro para pagar esse tipo de informação, o elemento tem uma fonte e a usa. E despesas eventualmente pagas são ressarcidas. Esse é realmente um assunto ...” observa-se emprego de léxico que tipifica grupo profissional.
 (E) Em “Tem de haver transparência.”, ainda que pluralizássemos o substantivo sublinhado, a locução verbal permaneceria invariável.

Nas questões de 13 a 15, indique o item em que, levando-se em conta o padrão culto formal da linguagem, ocorre defeito de estruturação morfossintática.

► **Questão 13**

- (A) Alguns dos teóricos que mais enaltecem as qualidades da economia livre-empresarial de mercado tentam provar a sua capacidade de autoperpetuação precisamente por estas formas evolutivas de renovação.
 (B) Assim, procuram demonstrar que o desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas se está processando no sentido de uma socialização progressiva.
 (C) A seus olhos, uma socialização espontânea vem cumprindo-se pela crescente participação popular na co-propriedade das empresas e pela distribuição cada vez mais igualitária dos produtos do trabalho humano, em consonância com a democratização das instituições sociais e políticas.
 (D) Sua oposição ao socialismo consiste, essencialmente, de negar a conveniência de uma intervenção racional na estrutura econômica, política e social.
 (E) Confiam que as forças sociais e econômicas, interagindo espontaneamente sob o controle informal do sistema de lucro e sob os imperativos do mercado aberto, conduzirão o processo aos melhores resultados.

DARCY RIBEIRO, O processo civilizatório, Círculo do Livro, RJ, 1978, p. 174, com adaptações.

► **Questão 14**

- (A) Num livro, assim como numa casa, tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor o que se diz a uma visita de consideração.
- (B) Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado, que não houve muito tempo para limpar direito a sala ou arrumar os quartos. Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa ...
- (C) Por trás do formalismo óbvio, há sempre a regra de ouro da hospitalidade, que se traduz pura e simplesmente no respeito pela pessoa da visita e na satisfação de tê-la dentro do nosso teto, querendo conversar conosco.
- (D) Aliás, melhor dizendo, precisamente essas normas de recepção é que amortecem a passagem entre a casa e a rua e, simultaneamente, nos fazem anfitriões, transformando o estranho, o parente e até mesmo o inimigo ou estrangeiro numa “visita”.
- (E) Ou seja, uma entidade definida com extrema precisão social no caso brasileiro e portanto sujeita a uma série de atenções altamente conscientes – ritualizadas e solenes.

ROBERTO DAMATTA, *A casa & a rua*, Editora Rocco, RJ, 1997, p. 11, com adaptações.

► **Questão 15**

- (A) Ao lado dos moradores da cidade, que no acompanhamento desses bandos de mascarados deviam encontrar sua maior diversão, os que se situavam ainda mais abaixo na escala social encontrariam também uma forma de participar das oportunidades festivas da caminhada do bispo até sua entrada triunfal em Mariana.
- (B) Os escravos negros de “partes distantes” aproveitavam os dias santos para virem dos “Arraiaes de fora” trazer, “com galantaria” feixes de lenha que amontoavam no pátio do palácio de Sua Excelência.
- (C) Quando isso acontecia, conta o cronista do “Aureo Trono Episcopal”, entravam “pela cidade formados em duas alas, com bandeiras, tambores e instrumentos e cantos a seu modo”. E o “canto a seu modo” era certamente o estilo responsorial, a base de coro e refrão, até hoje característico dos africanos, e que talvez já os brancos imitassem nesse tempo.

- (D) Quanto aos indígenas brasileiros, empregados nas catas principalmente pelos paulistas, conseguiam também fazer-se representar, ao menos na procissão final, integrando a chamada “dança dos Carijós”, ou gentio da terra.
- (E) Sendo assim, embora as festividades de rua em homenagem ao primeiro bispo de Mariana conservassem o modelo tradicional das procissões do Corpo de Deus, acrescidas do requinte barroco nos carros alegóricos, o objetivo de espetáculo para gozo público dividia agora o interesse dos organizadores.

JOSÉ RAMOS TINHORÃO, *As festas do Brasil colonial*, Ed. 34, SP, 2000, pp. 112-113, com adaptações.

Nas questões 16 e 17, indique o item sublinhado que apresenta erro de estruturação sintática, de ortografia ou, ainda, de propriedade vocabular.

► **Questão 16**

Um novo enfoque no estudo da violência está iluminando o lado ignorado pelas pesquisas científicas sobre a agressão: a reconciliação que (1) se segue ao (2) conflito. Ou seja, a velha idéia de que o homem é um “macaco assassino” com uma notável propensão para (3) matar seus semelhantes está sendo temperada pela descoberta de que existe um lado diplomata em cada primata. Os estudos partem da constatação de que a maior parte da agressão entre os seres humanos e seus primos macacos ocorrem (4) entre indivíduos que se conhecem – deixando de lado, portanto, fenômenos específicos como a guerra, que quase por definição é combatida (5) entre indivíduos e sociedades distantes.

RICARDO BONALUME NETO, *Folha de S. Paulo*, com adaptações.

- (A) 1
(B) 2
(C) 3
(D) 4
(E) 5

► **Questão 17**

O que diz em última análise se o investimento estrangeiro é bom ou ruim para o país é de (1) quanto ele agrega em renda real para os seus cidadãos. Embora não de forma precisa, este acréscimo de renda real é medido pelo que será pago a mais de (2) salários, aluguéis, impostos e lucros. Se haverá ou não entrada líquida (3) de dólares no processo é inteiramente irrelevante, em um regime de taxas de câmbio flutuantes como o atual. Levando-se ao absurdo a (4) primeira objeção, o ideal, para

quem usa este argumento, seria que entrasse no país um enorme volume de investimentos diretos e que todos os empreendimentos **por eles** (5) financiados fracassassem. Não haveria lucros e saída futura de divisas.

CLÁUDIO HADDAD, *Valor Econômico*,
com adaptações.

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

► **Questão 18**

Marque o item em que um dos dois períodos está gramaticalmente **incorreto**.

- (A) Ao mesmo tempo em que as bolsas começaram a ser afetadas pelas incertezas macroeconômicas, os papéis das empresas de tecnologia passaram a refletir dúvidas sobre a performance de empresas que operam na internet. / Concomitantemente, dois fatos surgem: os papéis de empresas ligadas à área da tecnologia parece refletirem dúvidas sobre o rendimento de empresas operadoras na internet e começou-se a notar que incertezas macroeconômicas afetam as bolsas.
- (B) A ideia de que a oferta de dinheiro seria ilimitada para essas empresas foi abalada e os analistas começaram a fazer uma conta aritmética simples: verificar quanto tempo demoraria para acabar os recursos em caixa das companhias que estão a operar no vermelho. / Abalou-se a ideia de que a oferta de dinheiro seria ilimitada para essas empresas e os analistas iniciaram conta aritmética simples: verificar quanto tempo demoraria para acabarem os recursos das companhias que estão operando no vermelho.
- (C) Não resta dúvida de que o desenvolvimento da informática e das telecomunicações configura uma verdadeira revolução, cujos efeitos sobre a sociedade estão longe de ser totalmente imaginados. / Não restam dúvidas de que o desenvolvimento da informática e o das telecomunicações configuram uma verdadeira revolução, cujos efeitos sobre a sociedade estão longe de serem totalmente imaginados.
- (D) Houve não apenas uma subestimativa dos potenciais efeitos de uma piora macroeconômica sobre as empresas do setor tecnológico, mas também um equívoco no que diz respeito ao ambiente competitivo da internet. / Deve ter havido não só uma subestimativa dos efeitos

potenciais de uma piora macroeconômica, como também equívoco no que respeita ao ambiente competitivo da internet.

- (E) As dúvidas sobre se a economia norte-americana teria uma aterrissagem suave ou não acabaram atingindo o setor tecnológico, mostrando que em economia dificilmente existe esta coisa de “ilha de prosperidade cercada por mares revoltos”. / As dúvidas a respeito de ter a economia norte-americana uma aterrissagem suave ou não acabaram por atingir o setor tecnológico, mostrando que em economia dificilmente há esta coisa de “ilha de prosperidade cercada por mares revoltos”.

Leia o texto abaixo para responder às questões 19 e 20.

Nietzsche foi estigmatizado como reacionário, feroz, chauvinista, aristocrata anacrônico. Esse julgamento não se limita de maneira nenhuma a condenação de sua obra por Georg Lukács, que a rotula de precursora ideológica no nazi-facismo. Ainda em meados dos anos 80, quando, até mesmo do outro lado do então intacto Muro de Berlim, ganhava corpo movimentos de revisão da interpretação vingente da filosofia de Nietzsche, a condenação vigorava, em versão radicalizada. Naquela ocasião, coube ao filósofo oficial do partido socialista da República Democrática da Alemanha, Wolfgang Harich, alertar o presidente do Conselho Ministerial para o perigo de contágio ideológico.

OSWALDO GIACOIA JÚNIOR, *Folha de S. Paulo*,
com adaptações.

► **Questão 19**

Nota(m)-se no texto:

- (A) um erro ortográfico
- (B) dois erros ortográficos
- (C) três erros ortográficos
- (D) quatro erros ortográficos
- (E) cinco erros ortográficos

► **Questão 20**

O texto exemplifica:

- (A) um erro de regência verbal / nenhum erro de concordância verbal.
- (B) um erro de concordância verbal / nenhum erro de regência verbal.
- (C) dois erros de regência verbal / um erro de concordância verbal.
- (D) um erro de regência verbal / um erro de concordância verbal.
- (E) dois erros de concordância verbal / um erro de regência verbal.



Direito Constitucional (questões de 21 a 35)

Raphael Moreth

► Questão 21

Considerando as sentenças abaixo, assinale a opção correta:

I – O direito à liberdade de expressão, manifestação direta do direito à liberdade, previsto no artigo 5º da CF, é assegurado a todos os seres humanos que se encontrem em território brasileiro.

II – A censura e a licença são vedadas pela CF, sendo assim, caso uma lei estabeleça classificação de faixa etária para programas de rádio e televisão, estaremos diante de uma lei inconstitucional.

III – A jurisprudência do STF é uníssona no sentido de que as indenizações por dano material e moral, decorrentes de violação de direito da personalidade, são independentes, embora possam ser cumuladas.

Estão corretas APENAS:

- (A) I
- (B) I e II
- (C) I, II e III
- (D) I e III
- (E) III

► Questão 22

Suponha que um rapaz, inconformado com o término de um longo namoro, queira vingar-se da antiga namorada, criando um sítio (*site*) na *internet*, em que divulga fotografias da moça, expondo-a ao público de modo vexatório. O rapaz, no sítio que criou, invoca a liberdade de expressão como fundamento do seu comportamento. À vista disso, assinale a opção correta.

- (A) O comportamento do rapaz é ilegítimo do ponto de vista constitucional, porquanto a liberdade de comunicação somente protege a manifestação de ideias e pensamentos expressos por meio verbal, não protegendo a divulgação de fotografias.
- (B) Demonstrado que o constituinte de 1988, ao elaborar o texto constitucional, não tinha em mente a *internet* como meio de comunicação, não se pode dizer que a garantia da liberdade de expressão possa ser invocada em casos de manifestações feitas em tal meio eletrônico.

(C) A moça retratada poderá pedir indenização pelos danos materiais que a divulgação das fotografias lhe tenha causado, mas, por conta da garantia da liberdade de expressão, não poderá exigir que as fotos sejam retiradas do *site*.

(D) Se a moça tiver sofrido prejuízo econômico com a divulgação das fotografias, poderá pedir indenização por danos materiais, que poderá ser cumulada com indenização por danos morais.

(E) Invocando o direito de resposta, será legítimo que a moça crie também um sítio na *internet*, em que divulgue segredos íntimos do antigo namorado, mantendo-o à disposição do público, enquanto o seu antigo namorado não desativar o sítio que desenvolveu.

► Questão 23

Considerando as sentenças abaixo, assinale a opção correta:

I – Um tratado já incorporado ao direito interno não pode ser objeto de controle de constitucionalidade no judiciário brasileiro.

II – Conforme pacificado na doutrina e jurisprudência, se um tratado for posterior à Constituição e disser respeito a direitos e garantias individuais, revogará as normas da Constituição que com ele não forem compatíveis.

III – Sobrevindo a um tratado lei ordinária com ele incompatível em seu conteúdo, o tratado não deverá ser aplicado pelos tribunais brasileiros.

Estão corretas APENAS:

- (A) I
- (B) I e II
- (C) I, II e III
- (D) II
- (E) III

► Questão 24

Considerando as sentenças abaixo, assinale a opção correta:

I – O princípio constitucional da autonomia da vontade impede que os direitos fundamentais tenham incidência nas relações entre particulares.

II – No conflito de um direito fundamental com outro direito previsto na Constituição, aquele deverá sempre prevalecer, por dispor de mais elevado *status*.



III – A Constituição em vigor assegura o princípio da igualdade perante a lei e o da igualdade na lei, mas não adotou o princípio da igualdade real ou material.

Estão corretas APENAS:

- (A) I, II, III
- (B) II e III
- (C) II
- (D) III
- (E) nenhuma

► **Questão 25**

Suponha que tenha sido celebrado um compromisso de compra e venda em que se estipulou que a rescisão importaria a perda de todas as quantias já pagas. Parta do suposto de que não havia irregularidade alguma nessa estipulação, ao tempo em que celebrada. Suponha, ainda, que depois de celebrado o negócio jurídico, tenha sido editada lei de proteção ao consumidor proibindo esse tipo de cláusula. Em seguida a esta última lei, o contrato é rescindido. Nessas circunstâncias, é correto afirmar:

- (A) Não é nula e continua operante a cláusula da perda de todas as quantias já pagas, porque a lei de proteção do consumidor não pode modificar os efeitos de ato jurídico perfeito anterior a ela própria.
- (B) Como a lei de proteção ao consumidor foi editada antes da rescisão do contrato, não há aplicação retroativa proibida dessa lei em se afirmar nula a perda das quantias já pagas.
- (C) A perda das parcelas já pagas não poderá acontecer, porque não ofende o princípio da proteção de o ato jurídico perfeito reconhecer eficácia retroativa mínima às leis.
- (D) Como a lei de proteção do consumidor é de ordem pública, depois que ela entrou em vigor, não pode haver a perda das quantias já pagas.
- (E) Não é nula a cláusula de perda de todas as quantias já pagas, porque o princípio constitucional da autonomia da vontade das partes não pode ser restringido por leis impeditivas de acordos que não ferem frontalmente a Constituição.

► **Questão 26**

Considerando as sentenças a seguir, assinale a opção correta:

I – Uma confederação, de âmbito nacional, que congregue, além de federações, outras entidades, é, segundo o STF, habilitada à propositura de uma ADIn.

II – Uma entidade de classe de âmbito nacional, composta de pessoas jurídicas, ou seja, uma associação de associações, é, segundo o STF, legitimada a propor uma ADECON.

III – Um partido político com representação no CN necessita de representação por advogado para ingressar com ADIn.

Estão corretas APENAS:

- (A) I, II, III
- (B) II e III
- (C) II
- (D) III
- (E) nenhuma

► **Questão 27**

Suponha que certa câmara legislativa municipal edite uma lei flagrantemente inconstitucional que restringe a atividade de fiscalização dos Auditores Fiscais da Receita Federal com relação aos habitantes do mesmo município. À vista disso, assinale a opção correta:

- (A) O Procurador-Geral da República pode ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, contra tal lei.
- (B) A lei deverá ser objeto de controle abstrato, perante o Tribunal de Justiça do Estado em que estiver situado o Município, único órgão jurisdicional legitimado para proclamar que tal lei municipal é contrária à Constituição Federal.
- (C) Em face do princípio da autonomia dos Municípios, nem o Tribunal de Justiça do Estado nem o Supremo Tribunal Federal podem declarar a inconstitucionalidade dessa lei municipal.
- (D) O Supremo Tribunal Federal poderá proclamar a inconstitucionalidade da lei num caso concreto (controle incidental), mas não o poderá fazer em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) Somente o Supremo Tribunal Federal poderá proclamar a inconstitucionalidade da lei, tanto pelo controle incidental como pelo controle em tese, por ser a única Corte brasileira com competência para declarar a inconstitucionalidade de atos do Poder Legislativo.

► **Questão 28**

A respeito da Ação Declaratória de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:

- (A) O Procurador-Geral da República pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade tendo por objeto lei federal, mas não pode ajuizar a mesma ação se ela tiver por objetivo uma lei estadual.
- (B) O Presidente da República não pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) O Governador do Estado pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade que tenha por objetivo lei estadual, mas não pode ajuizar a mesma ação se ela estiver por objetivo uma lei federal.
- (D) Uma associação de classe que reúna os Auditores Fiscais da Receita Federal de todo o Brasil pode ajuizar a ação declaratória de constitucionalidade que tenha por objetivo lei federal que não seja do interesse da classe que representa.
- (E) Qualquer partido político pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade de lei estadual ou federal.

► **Questão 29**

Considere as sentenças abaixo para responder à questão:

I – Não sofre de inconstitucionalidade a lei federal, de iniciativa de parlamentar, que, versando sobre matéria tributária, concede benefício fiscal a certas categorias de contribuintes de impostos da União.

II – Não havendo aumento de despesa, pode, em todos os casos, o poder legislativo emendar o projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.

III – A tramitação de uma medida provisória, após a edição da EC 32/2001, passou a ser bicameral, iniciando-se, sempre, na Câmara dos Deputados.

IV – A Câmara e o Senado têm, cada uma, 60 dias para apreciar a medida provisória, sob pena de ficarem sobrestadas todas as deliberações da casa onde a medida provisória estiver tramitando.

Há na questão quantas sentenças corretas?

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 3
- (E) 4

► **Questão 30**

Marque a opção **incorreta**:

- (A) O STF não admite a retirada de uma medida provisória. A Corte entende que com a publicação da medida provisória, esta se subtrai ao poder de disposição do Presidente da República, ganhando autonomia jurídica.
- (B) Pode o Presidente da República editar uma medida provisória que trate de matéria regulada por medida provisória anterior, revogando-a.
- (C) O STF admite a reedição, na mesma sessão legislativa, de uma medida provisória revogada.
- (D) Se o Congresso Nacional não editar decreto legislativo que regule as relações jurídicas formadas durante a vigência da medida provisória rejeitada, esta continuará em vigor, ficando tais relações jurídicas por ela disciplinadas.
- (E) Medida provisória pode aumentar alíquota de imposto.

► **Questão 31**

Marque a alternativa correta:

- (A) O Tribunal de Contas da União – TCU tem competência para suspender pagamento de vantagem pecuniária que entenda ser indevida, mesmo que tal vantagem se fundamente em decisão judicial.
- (B) Diante da demora do Chefe do Executivo em apresentar projeto de lei da iniciativa privativa, o Poder Legislativo pode aprovar lei, fixando prazo para que o projeto seja encaminhado.
- (C) A jurisprudência do STF é firme no sentido de que a sanção do Presidente da República suprê o vício de iniciativa.
- (D) Enquanto não apreciada, a medida provisória que trate de assunto reservado à lei complementar será válida.
- (E) Não se admite emenda parlamentar em projeto de lei delegada pelo Congresso Nacional.

► **Questão 32**

Marque a alternativa correta:

- (A) Um projeto de lei, rejeitado na casa iniciadora, necessariamente seguirá à casa revisora, que poderá aprová-lo.
- (B) Um projeto de lei é aprovado na casa iniciadora. Após o envio à casa revisora é aprovado com alterações. Neste caso, o projeto deve retornar

à casa iniciadora, que analisará as alterações e enviará o projeto de lei diretamente para o Presidente da República.

- (C) Caso um projeto de lei aprovado na casa iniciadora seja rejeitado na casa revisora, o mesmo deverá retornar à casa iniciadora para nova deliberação.
- (D) O Presidente da República sempre receberá o projeto de lei da casa iniciadora.
- (E) O prazo para apreciação de uma medida provisória não é suspenso em virtude do recesso parlamentar.

► **Questão 33**

São princípios da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, **exceto**:

- (A) prevalência dos direitos humanos.
- (B) dignidade da pessoa humana.
- (C) igualdade entre os Estados.
- (D) independência nacional.
- (E) concessão de asilo político.

► **Questão 34**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, marque a opção correta:

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, também conhecidos como direitos sociais, exigem sempre uma atuação positiva do Estado.
- (B) Os direitos fundamentais podem ter como titulares as pessoas naturais, as pessoas jurídicas privadas e as pessoas jurídicas de direito público.
- (C) Todos os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal são extensíveis às pessoas naturais.
- (D) Os titulares de direitos fundamentais não podem, em nenhuma hipótese, renunciar a tais direitos.
- (E) Todos os direitos e garantias fundamentais estão previstos na Constituição Federal.

► **Questão 35**

Acerca do Ministério Público, marque a opção correta:

- (A) O Ministério Público do Distrito Federal não compõe o Ministério Público da União, uma vez que o Distrito Federal possui as mesmas competências dos demais Estados Federados.

- (B) A substituição de um membro do Ministério Público durante o curso de uma ação que envolva menores de idade é causa de nulidade do processo.
- (C) Todas as funções do Ministério Público estão definidas na Constituição Federal.
- (D) O Procurador Geral da República não tem competência para definir a forma de atuação dos membros do Ministério Público da União.
- (E) Os critérios para a designação de um membro do Ministério Público para atuar numa determinada causa devem ser abstratos e pré-determinados por força do princípio da independência funcional de seus membros.

Direito Administrativo (questões de 36 a 50)

Janaina Carvalho

► **Questão 36**

Marque a alternativa **incorreta** a respeito dos atos administrativos:

- (A) A presunção de legitimidade e a presunção de veracidade dos atos administrativos não possuem caráter absoluto.
- (B) O ato simples é aquele que resulta da vontade de um órgão singular. O ato complexo é aquele que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos colegiados.
- (C) Denomina-se ato regulamentar ou geral aquele que alcança a todos que se encontrem na mesma situação abstrata prevista na sua edição e, portanto, não há destinatário determinado.
- (D) No ato vinculado, a lei agrega todos os requisitos para a formação do ato, ou seja, de quem é a competência para realizar o ato, sua finalidade, a forma, seu objeto e o motivo. Desta maneira será vinculado o ato quando o ordenamento jurídico estabelecer apenas um objeto como possível para atingir determinado fim.
- (E) Aprovação é o ato pelo qual o Poder Público verifica a legalidade e o mérito de outro ato ou de situações e realizações materiais de seus próprios órgãos, de outras entidades ou de particulares, dependentes de seu controle, e consente na sua execução ou manutenção.



► **Questão 37**

Analisar as seguintes proposições referentes aos atos administrativos:

I – O ato imperfeito é o que está sujeito a condição ou termo para que comece a produzir seus efeitos.

II – Os atos que resultam da vontade única de um órgão, mas sempre dependem da verificação e ratificação por parte de outro, são os atos complexos. Os atos administrativos compostos são aqueles emanados da vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, visando à formação de um único ato.

III – No ato administrativo discricionário que foi motivado, a verificação da ocorrência do motivo declarado não importa à sua validade, pois os atos discricionários prescindem de motivação para serem válidos, entretanto, quando esta for realizada, o administrador fica vinculado à veracidade dos motivos expostos para garantir a legalidade do ato, de acordo com a chamada teoria dos motivos determinantes.

IV – O ato consumado é aquele que após já ter completado o seu ciclo de formação já exauriu os seus efeitos integralmente, sendo irretratável e imodificável para a Administração.

V – Os atos administrativos de expediente são atos de rotina interna da repartição, sem caráter vinculante ou decisório, que visam dar andamento aos papéis da administração.

É correto o que consta APENAS em:

- (A) I e IV
- (B) I, IV e V
- (C) II, III e V
- (D) IV e V
- (E) I, II, IV e V

► **Questão 38**

Analisar as seguintes proposições referentes aos dispositivos da Lei nº 8.112/90:

I – A licença por motivo de doença em pessoa da família, bem como cada uma de suas prorrogações, será precedida de exame por perícia médica oficial, mas, sendo inferior a quinze dias, dentro de um ano, poderá ser dispensada da perícia oficial.

II – A MP nº 441, de agosto de 2008, instituiu o direito de o servidor afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *latu sensu* em instituição de ensino superior no país, desde que haja interesse da Administração.

III – No caso de concessão de licença para participação em programa de pós-graduação, conforme a MP nº 441/08, o servidor, para fazer mestrado, de-

verá ter, no mínimo, 3 anos de serviço, excluído período do estágio probatório, no respectivo órgão ou entidade. No caso de doutorado, o tempo mínimo sobe para 4 anos.

É correto o que consta APENAS em:

- (A) I
- (B) I e II
- (C) I e III
- (D) II e III
- (E) I, II e III

► **Questão 39**

O Decreto nº 6.691/08 trouxe a novidade das prorrogações das licenças à gestante e à adotante. Os prazos de prorrogação são:

- (A) 120 dias para gestante; 30 dias no caso de aborto ou natimorto; 45 dias para adotante de criança até 1 ano; 30 dias para adotante de criança com mais de 1 ano.
- (B) 60 dias para gestante; 45 dias no caso de aborto; 30 dias no caso de natimorto; 30 dias para adotante de criança até 1 ano; 15 dias para adotante de criança com mais de 1 ano.
- (C) 90 dias para gestante; 30 dias no caso de aborto ou natimorto; 45 dias para adotante de criança até 1 ano; 15 dias para adotante de criança com mais de 1 ano.
- (D) 60 dias para gestante; 30 dias no caso de aborto ou natimorto; 45 dias para adotante de criança até 1 ano; 15 dias para adotante de criança com mais de 1 ano.
- (E) 90 dias para gestante; 30 dias no caso de aborto; 15 dias no caso de natimorto; 30 dias para adotante de criança até 1 ano; 20 dias para adotante de criança com mais de 1 ano.

► **Questão 40**

Marque a alternativa **incorreta** a respeito dos dispositivos da Lei nº 8.112/90:

- (A) A critério da Administração, o servidor em licença para tratamento de saúde ou aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria.
- (B) A licença para tratamento de saúde que exceder o prazo de cento e vinte dias no período de doze meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida mediante avaliação por junta médica oficial.
- (C) É considerado como de efetivo exercício o afastamento do servidor em virtude de participação em programa de treinamento regularmente instituído, ou em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, conforme dispuser o regulamento.

- (D) Quando o relatório da comissão responsável pelo processo administrativo contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
- (E) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre a remuneração do cargo efetivo.

► **Questão 41**

Marque a alternativa **incorreta** a respeito das licitações reguladas pela Lei nº 8.666/93:

- (A) Não se considera pressuposto necessário ao procedimento licitatório, para obras e serviços, nos termos da legislação respectiva haver projeto executivo, com o detalhamento técnico das atividades a serem realizadas pelos contratados.
- (B) No caso de concorrência, decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação, perante a Administração Pública, o licitante que não o fizer até o dia que anteceder a abertura dos envelopes da habilitação.
- (C) A contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou exploração de criação protegida figura no rol das hipóteses de dispensa de licitação.
- (D) Dos atos da Administração Pública decorrentes de aplicação da Lei nº 8.666/93, em questões relativas a procedimentos licitatórios, é cabível recurso com efeito suspensivo, no caso de inabilitação de licitante.
- (E) De acordo com previsão expressa contida na Lei nº 8.666/93, é cabível inexigibilidade de licitação, e não sua dispensa, para a contratação de serviço de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.

► **Questão 42**

Marque a alternativa **incorreta** a respeito dos dispositivos da Lei nº 8.666/93:

- (A) Nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93, a Administração dispõe de certas prerrogativas especiais, mas mesmo assim ela não pode ocupar bens do contratado e/ou descumprir condições do edital.
- (B) A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

- (C) Os contratos administrativos são sempre consensuais, e, em regra, formais, onerosos, comutativos e realizados *intuitu personae*.
- (D) As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, na venda de bens por ela produzidos em virtude de suas finalidades, estão dispensadas da realização de procedimento licitatório.
- (E) A consolidação do contrato administrativo gera, para a Administração Pública, obrigação solidária ao contratado, pelos encargos previdenciários resultantes da sua execução.

► **Questão 43**

Analise as seguintes proposições referentes aos contratos administrativos:

I – Uma das características do contrato administrativo é a natureza de contrato de adesão, o que significa que todas as cláusulas são estabelecidas unilateralmente pela Administração Pública. Quando o particular apresenta sua proposta em uma licitação ele já se predispõe a acatar todas as exigências da Administração Pública, havendo aí o consenso, a aceitação.

II – A inexecução propicia a rescisão do contrato administrativo e as consequências da rescisão, para o inadimplente, vão além de apenas a ordem civil, inclusive porque a Administração Pública pode exercer seu poder disciplinar sobre o particular que com ela contrata e não cumpre corretamente o contrato.

III – No âmbito do contrato administrativo, é obrigação do contratado responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, sem responsabilidade subsidiária do Poder Público.

IV – A Lei Federal nº 8.666/93, mediante expressa disposição do artigo 62, determina que mesmo os contratos celebrados pela Administração Pública predominantemente regidos por norma de direito privado estarão submetidos a regras específicas da lei mencionada.

V – Em vista das suas prerrogativas, a alteração das cláusulas de um contrato administrativo pode ser efetuada unilateralmente pela Administração, sempre que constatada a existência de circunstância de interesse público que a justifique.

É **incorreto** o que consta APENAS em:

- (A) I, II e III
 (B) II, III e V
 (C) I, II, IV
 (D) III, IV e V
 (E) III e V

► **Questão 44**

Marque a alternativa correta a respeito das licitações e dos contratos administrativos:

- (A) Pregão é a modalidade de licitação, no âmbito da União Federal, para aquisição de bens e serviços, com valor estimado igual ou inferior ao da modalidade convite.
- (B) Na modalidade pregão, é atribuição legal do pregoeiro, examinada a proposta classificada em primeiro lugar, decidir motivadamente, quanto ao objeto e valor, a respeito de sua aceitabilidade.
- (C) Em razão da observância do princípio da publicidade, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, os contratos administrativos devem ser publicados resumidamente, na imprensa oficial e em jornal de grande circulação.
- (D) O instituto previsto na legislação sobre contrato administrativo, referente à formalização da variação do valor contratual, decorrente de reajuste de preços, previsto no contrato, que não caracteriza a sua alteração, denomina-se termo de ajustamento ou apostila.
- (E) Na hipótese da contratação direta, com dispensa de licitação, em razão de situação de emergência ou de calamidade pública, o contrato decorrente tem prazo máximo de duração de 180 dias, permitida uma única prorrogação.

► **Questão 45**

Marque a alternativa **incorreta** a respeito dos princípios da Administração Pública:

- (A) O princípio da publicidade tem seu aspecto ativo e passivo. Ativo quando a Administração age para tornar notório algo de interesse público; passivo quando ela disponibiliza a informação para ser buscada por quem desejar.
- (B) O princípio constitucional da impessoalidade nada mais é do que o clássico princípio da finalidade, visto que a Administração Pública não deve adotar critérios pessoais/subjetivos, e sim buscar a satisfação ao interesse público, sua finalidade.
- (C) A inobservância ao princípio da legalidade, uma vez verificada, cria para o administrador o dever (e não a simples faculdade) de revogar o ato.
- (D) Os princípios da Administração Pública estão presentes em todos os institutos do Direito Administrativo. No entanto, aquele que melhor se vincula à proteção do administrado no âmbito de um processo administrativo, quando se refere à interpretação da norma jurídica é o chamado princípio da segurança jurídica.
- (E) Os princípios da motivação e da razoabilidade são dois dentre os princípios norteadores da Administração Pública, no entanto, encon-

tram-se implícitos na Constituição da República Federativa do Brasil, sendo explícitos na Lei nº 9.784/99.

► **Questão 46**

Marque a alternativa correta a respeito dos poderes da Administração Pública:

- (A) Por decorrência do poder hierárquico da Administração Pública, surgiu o instituto da delegação de competências. No entanto, não podem ser delegadas as competências para edição de atos de nomeação de servidores e para aplicação de pena disciplinar a servidor.
- (B) O poder de polícia administrativa pode se dar em diversas gradações, finalizando, em todas as situações, com a autoexecutoriedade, pela qual o administrado é materialmente compelido a cumprir a determinação administrativa.
- (C) Pelo poder vinculado, compete ao superior estar permanentemente atento aos atos praticados pelos subordinados, a fim de corrigi-los sempre que se desviem da legalidade.
- (D) O poder disciplinar não se limita à aplicação de penalidades aos servidores públicos, pois a Administração Pública também aplica penalidades àqueles que com ela contrataram e, por isso, ficaram adstritos à disciplina da celebração de contratos administrativos, mas descumpriram as regras contratadas.
- (E) Em vista da grande esfera de atuação do Poder Executivo, o poder regulamentar se distribui entre diferentes autoridades que compõem tal poder, que expedem portarias e instruções normativas, conforme a área de especialização técnica de cada qual.

► **Questão 47**

Marque a alternativa correta a respeito de improbidade administrativa:

- (A) Nos termos do §4º do art. 37 da Constituição Federal, a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública são penas alternativas, não sendo lícita a aplicação cumulativa delas, em caso de ato de improbidade administrativa.
- (B) Quanto ao procedimento administrativo e ao processo judicial relativos à Lei de Improbidade Administrativa, a sentença que julgar procedente a ação penal de reparação de dano determinará o pagamento do dano ou a reversão de bens a favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ato ilícito.
- (C) Segundo a Lei nº 8.429/92, são três as espécies de atos de improbidade administrativa, sendo eles os que geram enriquecimento ilícito, os que causam danos ao Erário e os que afrontam os princípios da Administração Pública.

- (D) Não está sujeito às disposições da Lei de Improbidade Administrativa aquele que não seja agente público, mesmo que tenha concorrido para a prática do ato ímprobo, visto que só é tipificado como ato de improbidade administrativa o ato ilícito cometido por agente público nas suas diversas modalidades, inclusive a dos ocupantes de cargos eletivos.
- (E) A representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente, é crime punível com a pena de detenção de seis meses a um ano e multa.

► **Questão 48**

Marque a alternativa correta a respeito do Procedimento Administrativo Federal e do controle da administração pública:

- (A) De acordo com o disposto na Lei nº 9.784/99, que regulamenta o processo administrativo federal, e o princípio constitucional da moralidade administrativa, é suspeito de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse indireto na matéria.
- (B) No âmbito do procedimento administrativo federal é correto afirmar que a desistência ou renúncia do interessado quanto ao pedido formulado acarreta a extinção do processo.
- (C) Em relação ao controle da Administração Pública, podemos afirmar que o habeas data, a reclamação administrativa e o pedido de reconsideração são meios de controle administrativo.
- (D) Em razão do controle externo da execução orçamentária, o Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, em grau de recurso, com julgamento prévio pelo Tribunal de Contas.
- (E) O mandado de segurança individual e o habeas data são meios de controle jurisdicional dos atos administrativos passíveis de serem utilizados, individualmente, por qualquer pessoa física.

► **Questão 49**

Analisar as seguintes proposições referentes aos bens públicos:

- I – A venda a particulares, pelo Município, de área de terreno onde atualmente se localiza uma praça depende, além de outros requisitos, da desafetação do bem, por meio de lei, e da utilização do procedimento da concorrência.
- II – O instituto jurídico pelo qual o bem público de uso comum passa a integrar a categoria de bem público dominical denomina-se adjudicação.

III – Os bens públicos de uso especial são inalienáveis, porque só pode ser vendidos após desafetação por lei.

IV – O uso privativo de bem público pode ser outorgado a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas e, quando relativo a bens de uso comum do povo ou de uso especial, dá-se somente mediante permissão ou concessão de uso.

V – O que distingue, fundamentalmente, a concessão de direito real de uso da permissão e da autorização, para uso particularizado de um determinado bem público, é que ela (concessão) decorre de ato precário, discricionário e intransferível.

É **incorreto** o que consta APENAS em:

- (A) I e III
 (B) I, IV e V
 (C) II, IV e V
 (D) II e IV
 (E) III, IV e V

► **Questão 50**

Analisar as seguintes proposições referentes a temas do Direito Administrativo:

I – Na responsabilidade objetiva não importa se o agente público agiu dolosa ou culposamente, porém existem causas que afastam a responsabilidade objetiva do Estado, como é o caso da culpa exclusiva da vítima.

II – A posição de supremacia do Poder Público ampara a existência de diversos institutos jurídicos de intervenção na propriedade privada, de forma a atender ao interesse público, dentre eles, a desapropriação, a interdição, o tombamento e a servidão administrativa.

III – Os serviços públicos, no Brasil, são prestados sob regime jurídico especial, distinto do comum, seja exercido pelo Estado ou por empresas privadas.

IV – De acordo com a organização administrativa do Estado brasileiro, as empresas públicas prestadoras de serviços públicos vinculam-se ao regime de direito privado, mas sujeitam-se, também, a regras do regime jurídico-administrativo.

É correto o que consta APENAS em:

- (A) I e II
 (B) I, III e IV
 (C) I e IV
 (D) II e III
 (E) II, III e IV

Banca examinadora do simulado



Décio Sena

Cursou português-literaturas na Uerj e é professor de língua portuguesa há 30 anos. No início, dedicava-se à preparação de jovens para ingresso nas carreiras militares. Nos últimos anos, tem preparado candidatos para concursos públicos dos mais diferentes perfis. Já lecionou em alguns dos principais colégios e cursos preparatórios do Brasil. Atualmente, ministra aulas em vários cursos do Rio de Janeiro. É autor da *Série As Últimas do Português* e dos livros de *Português das Coleções Provas Comentadas da Esaf, da FCC e do Cespe/UnB*, todos pela Editora Ferreira.



Janaina Carvalho

Bacharel em comunicação social, com habilitação em relações públicas. Foi aprovada em 2007 nos concursos do TRF da 1ª Região e do MPU para a área de Comunicação. Co-autora do livro *Lei nº 8.112/90 esquematizada* (Editora Ferreira).



Raphael Moreth

Bacharel em Direito e especialista em direito civil e direito processual civil. Atualmente exerce o cargo de auditor-fiscal de tributos municipais na Secretaria Municipal de Finanças de São Paulo e ministra aulas em cursos preparatórios para concursos. Co-autor do livro *Direito Civil Cespe/UnB* e autor de *Direito Constitucional Cespe/UnB* (no prelo, Editora Ferreira).

Participar de simulados é aproveitar uma excelente oportunidade de testar os conhecimentos adquiridos, perceber quais são os pontos fortes e fracos da preparação e, além disso, aprender a controlar o tempo e o nervosismo durante a realização das provas.

Descobrir tudo isso antes da prova do concurso para o cargo almejado é a grande chance de se redefinir e readequar as estratégias de estudo, afinal os simulados apontam os resultados da sua preparação até o momento.

O fato de você estar lendo esse texto é sinal de que deu um importante passo para a sua aprovação: não apenas percebeu a importância em participar de simulados, mas adotou essa prática como uma de suas ferramentas de estudo.

Parafraseando, *a prática leva à aprovação*. Lembre-se disso!



Editora Ferreira